
**Transformações agrárias,
agricultura camponesa e mercados agroalimentares
em Alto Paraná (Paraguai)**

Valdemar João Wesz Junior¹

Resumo

O departamento de Alto Paraná (Paraguai), marcado pela concentração e estrangeirização da terra, tem na agricultura camponesa de origem paraguaia um grupo social numericamente expressivo, que historicamente enfrentou dificuldades para acessar aos mercados agroalimentares. Diante disso surge, em 1997, a Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná, em Ciudad del Este, sendo um importante espaço de venda da produção camponesa no departamento. Este artigo procura apresentar esse mercado, bem como destacar a sua relevância em um departamento com as características de Alto Paraná. Em termos metodológicos, além de revisão bibliográfica e sistematização de dados secundários, foram feitas visitas à Central, conversando com diferentes produtores e consumidores. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três agricultores dirigentes da feira, além da visita à duas comunidades camponesas que participam deste mercado. Os resultados apontam que, ao longo dos anos, a Central cresceu e passou a atender um grande número de agricultores e de consumidores, oferecendo uma variada gama de produtos agropecuários oriundos do próprio departamento. Apesar dos desafios que precisam ser superados, é uma experiência que tem potencia-

¹ Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). E-mail: valdemar.junior@unila.edu.br

lizado a permanência e o desenvolvimento da agricultura camponesa em Alto Paraná, algo vital em um território pouco amistoso para com esse grupo social.

Palavras-chave: Mudança agrária - Campesinato - Canais de comercialização - Paraguai

Resumen

Transformaciones agrarias, agricultura campesina y mercados agroalimentarios en Alto Paraná (Paraguay)

El departamento de Alto Paraná (Paraguay), marcado por la concentración y extranjerización de la tierra, tiene en la agricultura campesina de origen paraguaya un grupo social numéricamente expresivo, que históricamente enfrentó dificultades para acceder a los mercados agroalimentarios. Ante ello, en 1997 se creó la Central de Productores Hortigranjeros Feriantes de Alto Paraná, en Ciudad del Este, siendo un importante espacio de comercialización de la producción campesina del departamento. Este artículo busca presentar este mercado, así como resaltar su relevancia en un departamento con las características de Alto Paraná. En términos metodológicos, además de una revisión bibliográfica y sistematización de datos secundarios, se realizaron visitas a la Central, conversando con diferentes productores y consumidores. También se realizaron entrevistas semiestructuradas a tres agricultores dirigentes de la feria, además de una visita a dos comunidades campesinas que participan en este mercado. Los resultados muestran que, a lo largo de los años, la Central ha ido creciendo y pasando a atender a un gran número de agricultores y consumidores, ofreciendo una amplia gama de productos agrícolas propios del departamento. A pesar de los desafíos que hay que superar, es una experiencia que ha potencializado la permanencia y el desarrollo de la agricultura campesina en el Alto Paraná, algo vital en un territorio hostil a este grupo social.

Palabras clave: Cambio agrario - Campesinos - Canales de comercialización - Paraguay

Abstract

Agrarian transformations, peasant farming and agrifood markets in Alto Paraná (Paraguay)

The department of Alto Paraná (Paraguay), marked by the concentration and foreignization of land, has in peasant farming of Paraguayan origin a numerically

expressive social group, which historically faced difficulties in accessing agrifood markets. In view of this, in 1997, the Central of Horticultural Producers Fairs of Alto Paraná, in Ciudad del Este, was created, being an important space for the sale of peasant production in the department. This article seeks to present this market, as well as highlight its relevance in a department with the characteristics of Alto Paraná. In methodological terms, in addition to a literature review and systematization of secondary data, visits were made to the Central, talking to different producers and consumers. Semi-structured interviews were also carried out with three farmers who were directors of the fair, in addition to a visit to two peasant communities that participate in this market. The results show that, over the years, the Central has been growing and serving a large number of farmers and consumers, offering a wide range of agricultural products typical of the department. Despite the challenges that must be overcome, it is an experience that has strengthened the permanence and development of peasant agriculture in Alto Paraná, something vital in a territory hostile to this social group.

Keywords: Agrarian change – Peasants – Marketing channels – Paraguay

Introdução

O espaço rural paraguaio, historicamente, foi marcado por uma dualidade (Pastore, 1972). Se por um lado estão as grandes explorações agropecuárias, controladas por atores nacionais e estrangeiros, cujo foco é a especulação fundiária e/ou a produção especializada, no oposto está uma massa de camponeses que detém pouca ou nenhuma terra, trabalhando com a família em uma produção diversificada em sua pequena área, ou como empregado nas propriedades maiores ou em setores não-agrícolas (Guereña e Rojas Villagra, 2016; Izá Pereira, 2019). No contexto recente, destaca-se a presença e o fortalecimento do agronegócio no Paraguai, que tem nos monocultivos agrícolas (basicamente soja e milho) e na pecuária extensiva (de bovinos) seus principais pilares (Ortega, 2019; Kretschmer e Hocsman, 2021; Wesz Jr., 2022).

A desigualdade na distribuição de terras segue vigente no Paraguai, como indicam os dados do último Censo Agropecuário (2008), em que 1,6% dos produtores controlam 79% de toda a área agropecuária do país, enquanto, no outro extremo, 58,2% dos produtores respondem por apenas 2,1% da superfície total (MAG, 2009). Segundo Guereña e Rojas Villagra (2016, p. 14),

“Paraguay presenta la distribución de la tierra más desigual del mundo, con una pequeña élite latifundista y oligopólica, con importante participación de propietarios extranjeros, que concentra casi toda la superficie agrícola y ganadera, mientras que la inmensa mayoría de familias campesinas e indígenas carecen de tierra suficiente para subsistir.”

Galeano (2012), com base na mesma fonte de dados, reforça que 2% dos proprietários possuíam 85% da área agrícola no país em 2008, enquanto os estrangeiros controlavam 32% da área cultivada e 19% do total do território, 60% dos quais correspondem aos sojicultores de origem brasileira.

O departamento em que o agronegócio é mais expressivo é Alto Paraná, localizado na fronteira com Paraná (Brasil) e Misiones (Argentina). Além de ser o maior departamento produtor de soja no Paraguai (26,2% da superfície cultivada em 2021/22) (Inbio, 2022), em Alto Paraná o grão está em 9 de cada 10 hectares cultivadas no verão, incluindo nesse cálculo tanto cultivos temporários como permanentes e hortaliças (MAG, 2009). Também há uma forte presença de grandes propriedades rurais, em que as unidades com mais de mil hectares são menos de 1% em número, mas detém quase metade da área total. E é o departamento com maior incidência de estrangeiros no país, que controlam 20,4% das explorações agropecuárias individuais, sendo que 19,2% desses são brasileiros (MAG, 2009).

Em suma, Alto Paraná é marcado pela concentração e estrangeirização da terra, sobretudo de brasileiros, com uma forte especialização produtiva. Entretanto, os agricultores familiares camponeses são numericamente importantes no depar-

tamento, pois três quartos das explorações agropecuárias têm até 20 hectares, apesar de responderem por apenas 7,7% da terra. Nesse estrato, predominam agricultores de origem paraguaia, pois respondem por 90,5% do total (MAG, 2009). Esse grupo social (agricultores familiares campesinos de origem paraguaia) vive em comunidades que são praticamente ilhas dentro de uma região majoritariamente sojeira (Wimer e Hellmund, 2020). Essa situação traz um conjunto de implicações, como a pressão para a venda ou arrendo da terra para grandes produtores de soja (Wesz Jr., 2020 e 2022), assim como os impactos socioambientais do monocultivo sobre essas comunidades (Fogel e Riquelme, 2005; Palau, 2015, 2016, 2017 e 2018; Fogel, 2018 e 2019). Não obstante, muitas comunidades e famílias resistem, mantendo uma produção agropecuária expressiva e diversificada (Tellez Bejarano, 2017; Rojas Villagra, 2018). Entretanto, uma dificuldade que se apresenta nesse caso refere-se à comercialização dessa produção, que se torna ainda mais complexa em um território rodeado por monocultivos e cujos mercados agroalimentares estão centrados neles.

É diante desse contexto que surge em 1997 a Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná (*Central de Productores Hortigranjeiros Feriantes de Alto Paraná*), em Ciudad del Este², sendo um importante espaço de venda da produção camponesa no departamento. Atualmente participam, toda semana, aproximadamente 400 agricultores de diferentes distritos, e circulam de quarta-feira a sexta-feira por volta de 12 mil consumidores. Dada a expressividade e relevância desse mercado, este trabalho procura apresentá-lo, destacando sua relevância em um departamento com as características de Alto Paraná.

Em termos metodológicos, além de revisão bibliográfica e sistematização de dados secundários, foram feitas visitas à Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná entre 2016 e 2022, conversando com diferentes produtores e consumidores. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três agricultores dirigentes e feirantes da Central de Produtores, além da visita à duas comunidades camponesas que participam deste mercado (El Triunfo, distrito de Minga Guazú, e 11 de Julio, distrito de Minga Porá).

Este trabalho está estruturado em três itens, além desta Introdução e das Considerações finais. Inicialmente é feita uma breve análise das transformações agrárias em Alto Paraná (Paraguai), com destaque à distribuição das terras e a origem dos produtores rurais. Na sequência o foco é a presença camponesa em Alto Paraná ao longo do tempo, destacando suas características e sua situação em dife-

² Ciudad del Este é a capital do departamento de Alto Paraná e possui uma população estimada em 306.679 habitantes em 2021, que chega a 589.266 pessoas na chamada Região Metropolitana de Ciudad del Este, que também engloba os municípios de Presidente Franco, Hernandarias e Minga Guazú, sendo a segunda maior aglomeração urbana do Paraguai, superada apenas pela Grande Assunção (INE, 2021). Além da sua população, circulam em Ciudad del Este um número expressivo de estrangeiros, principalmente brasileiros, que diariamente vão em busca de um conjunto variado de mercadorias (Pereira, 2019). Segundo levantamento realizado em 2019, passavam a Ponte da Amizade, em média, 37,1 mil veículos/dia e o fluxo geral foi de 87.296 pessoas/dia que cruzaram a pé ou embarcado em veículos (UDC, 2019 apud Horta, 2021). Diferentemente de Foz do Iguazu e de Puerto Iguazu, que são locais de estadia de turistas, Ciudad del Este é predominantemente um destino “bate e volta” (Rabossi, 2015), dado que os estrangeiros passam algumas poucas horas no comércio e retornam.

rentes momentos históricos. Por fim, se apresenta a Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná.

Transformações agrárias em Alto Paraná (Paraguai)

O departamento de Alto Paraná passou por profundas transformações nas suas áreas rurais ao longo das décadas. Sem dúvidas, um marco importante foi a Guerra da Tríplice Aliança entre Paraguai, de um lado, e Brasil, Uruguai e Argentina, de outro, que teve início em 1864 e terminou em 1870 (Kleinpenning, 1992; Souchad, 2008). Com o fim da guerra, que teve efeitos brutais contra a nação paraguaia, o país encontrou-se endividado e iniciou a venda de terras fiscais a domínios estrangeiros (Nickson, 2005; Kleinpenning, 1992). Vale destacar que em 1870, quando foi finalizada a guerra, as terras fiscais abarcavam 98% do território, com somente 489 mil hectares em regime de propriedade privada (Kleinpenning, 1992). Mas, entre 1871 e 1875, foram aprovadas várias leis que permitiram a alienação de terras fiscais, sendo que as normativas forneciam maiores facilidades para os compradores e baixo preço (Rojas Villagra, 2016). Com isso, entre 1885 e 1914, 81% do território nacional foi comercializado a proprietários de terras e especuladores, principalmente estrangeiros, e muitos pequenos arrendatários e ocupantes de terras fiscais ficaram sem terra (Kleinpenning, 1992). A venda de áreas públicas teve efeito direto na concentração de terra no país, que alcançou patamares impressionantes. Conforme Torres Figueredo (2012), no final do século XIX, 53% das terras paraguaias eram controladas por apenas 65 empresas.

Em Alto Paraná, assim como no restante do país, empresas estrangeiras compraram grandes áreas e se beneficiaram com a exploração da erva mate e da madeira. No departamento em análise, a principal firma foi a Industrial Paraguai, fundada em Londres em 1886, tendo entre seus membros os presidentes paraguaios Bernardino Caballero e Patricio Escobar. Em 1911 esta empresa dominava cerca de 2.718.750 hectares em diferentes departamentos do país, o que equivale a 17% do total de terras da região oriental do Paraguai. Outra empresa, do francês Domingo Barthe, adquiriu cerca de 1.875.000 ha para extração da erva em Alto Paraná, Caazapá e Itapúa (Nickson, 2005; Souchad, 2008). Entretanto, apesar da atuação dessas corporações em Alto Paraná durante 60 anos, elas

“[...] no lograron explotar en forma intensiva los recursos naturales de la región. La yerba era el único cultivo que ellos realizaban, pero éste continuaba teniendo poca importancia ya que la mayor parte de la yerba continuaba siendo recolectada en forma silvestre. Las operaciones para la explotación maderera rara vez penetraban más allá de unos pocos kilómetros tierra adentro desde los puertos ribereños sobre el Río Paraná y, asimismo, tampoco se construyó ningún sistema de carreteras. Ninguna de las empresas diversificó sus actividades hacia otras

labores agro culturales o del cultivo del café, ni tampoco llevó a cabo la reforestación de los bosques. Asimismo, no iniciaron programas de colonización en la región.” (Nickson, 2005, p. 231)

Alto Paraná, em 1956, segundo o I Censo Agropecuário do país, tinha apenas três distritos (Hernandarias, Irala e Ñacunday), apesar de cobrir todo o atual território e aproximadamente a metade da área que hoje pertence ao departamento de Canindeyú. Naquele momento Alto Paraná tinha apenas 790 explorações agropecuárias, distribuídas em 310.781 hectares, indicando uma cobertura de aproximadamente 14% do território do departamento. Apesar desse baixo dinamismo econômico e da limitada transformação no uso do solo, o controle da terra seguia muito concentrado, com cinco explorações (0,6% do total) controlando 274.870 hectares (88,4% do total). Por outro lado, havia um grande quantitativo de camponeses (três quartos do total das explorações) que permaneciam em regime de ocupação, sobretudo em terras de particulares. Em termos de nacionalidade, 95,8% eram paraguaios, 1,8% argentinos e 1,0% brasileiros, além de um pequeno número de outras nacionalidades. Entre as cinco maiores explorações, três pertenciam a paraguaios, uma a argentino e a outra não respondeu essa questão (MAG, 1960).

Nos anos 1950 inicia a longa ditadura militar de Alfredo Stroessner (1954-1989). O general Stroessner assumiu “en un contexto donde los grandes latifundios agroforestales que dominaron la estructura agraria desde la posguerra del setenta, empezaban a declinar como forma dominante de producción en el campo” (Rojas Villagra, 2016, p. 70). Neste cenário, o Governo Stroessner estrutura ambiciosos programas de colonização e de ocupação em regiões pouco povoadas do país, com destaque ao Alto Paraná, sobretudo nas áreas públicas, que não haviam sido comercializadas no pós-guerra, ou sobre a terra das grandes empresas estrangeiras, que começam a ser vendidas para esse fim ou que foram desapropriadas pelo Estado (Nickson, 2005). Silva (2007) e Palau e Heikel (2016) vão diferenciar três formas de ocupação nestas áreas: colonização pública, colonização privada e ocupação espontânea.

Em relação a esta primeira iniciativa, ela surgiu em 1963 no âmbito do programa de colonização do Instituto de Bem-estar Rural (IBR), que tinha como intuito retirar pequenos agricultores paraguaios que ocupavam as terras da Zona Central (próxima à Asunción) e reinstalá-los em regiões do norte e leste oriental, uma vez que o preço das terras centrais era mais elevado e intensificava conflitos entre latifundiários e minifundiários naquela área (Nickson, 2005; Rojas Villagra e Areco, 2017). Em Alto Paraná, até 2010, se “formaron 70 colonias públicas, con 282 mil hectáreas y 15 mil lotes agropecuarios, teniendo como promedio 18 hectáreas por finca” (Rojas Villagra e Areco, 2017, p. 69).

O segundo mecanismo de ocupação foi a colonização privada, muito expressiva em Alto Paraná, em que as terras dos grandes latifúndios foram sendo vendidas às empresas de colonização privada, sobretudo de capital brasileiro, “voltadas ao lucrativo ramo imobiliário e madeireiro, cujo alvo principal era a venda de

lotes aos colonos oriundos do oeste do Paraná e dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e também às grandes companhias multinacionais ligadas ao setor do agronegócio” (Silva, 2007, p. 142).

Já a terceira forma era aquela constituída pela colonização de caráter espontâneo, cujos interessados vinham de forma independente ou pelas próprias redes sociais e familiares conhecer e adquirir a área. Enquanto que as colônias oficiais implementadas pelo IBR priorizavam os camponeses paraguaios, a colonização privada e espontânea envolveu de forma mais significativa os imigrantes brasileiros (Wesz Jr., 2020). Como vão sintetizar Riquelme (2005) e Vázquez (2006), estas iniciativas de ocupação do território vão conformar dois movimentos, “Marcha hacia el Este”, que trazia camponeses paraguaios da área de influência de Asunción para as margens do rio Paraná, e a “Marcha hacia el Oeste”, com colonos brasileiros que começa adquirir terras e se instalar no Paraguai.

Apesar das colônias do IBR focarem nos pequenos agricultores paraguaios, os problemas na sua implementação e acompanhamento (que serão abordados no item seguinte) gerou o repasse e a venda dos direitos de algumas glebas para colonos brasileiros, visto que a maioria destes já tinha capital, implementos e conhecia as dinâmicas das culturas comerciais (Wesz Jr., 2020). Palau e Heikel (2016), em pesquisa de campo de 1979 em duas colônias de Alto Paraná, apontavam que aproximadamente dois terços das famílias residentes eram paraguaias e um terço brasileiras, já com uma forte diferenciação social: “mientras los brasileros asentados en ambas colonias tienen una extensión promedio de 69 hectáreas, los paraguayos tienen 23, y mientras los brasileros dieron un valor promedio de sus máquinas e implementos de Gs 1.260.000, los paraguayos tienen un equivalente de Gs 98.000” (p. 32). E complementam que “es obvio que la penetración de la migración brasilera ha significado el inicio de un proceso interno de diferenciación y concentración de los factores productivos” (p. 32).

A colonização privada e espontânea vai se assentar, em grande medida, nas terras que anteriormente pertenciam às grandes empresas estrangeiras. Segundo Nickson (2005), parte importante dessas áreas foram adquiridas por companhias agrícolas brasileiras, que inicialmente “extraen las variedades de madera comercialmente valiosas (cedro, lapacho, perobá y urunday), cuya ganancia es normalmente suficiente para pagar la compra inicial de tierra” (p. 243). E, depois de extrair “las especies de valor comercial, las compañías agrícolas brasileras dividen sus propiedades en parcelas más pequeñas (por lo general de 50 a 200 has.), las que son puestas a la venta en el Estado de Paraná por una red de corredores de fincas rurales” (p. 244).

Os Censos Agropecuários de 1956, 1981 e 1991 permitem receber as significativas transformações na área rural de Alto Paraná (Tabela 1). Uma primeira informação diz respeito ao crescimento no número de explorações, que salta de 790 para 21.772 nesses 35 anos (crescimento de 2.656%), assim como a área passa de pouco mais de 300 mil para 830 mil hectares, com as explorações agropecuárias cobrindo 55,7% do território. Além disso, o número de agricultores brasileiros que condu-

ziam explorações agropecuárias saltou de 8 para 7.770 entre 1956 e 1991 em Alto Paraná, sendo o departamento do país com maior presença relativa (36,2% do total unidades produtivas) (MAG, 1960 e 1993).

Tabela 1. Número e superfície das explorações agropecuárias em Alto Paraná - Paraguai (1956, 1981, 1991 e 2008).

Tamanho da exploração	Número de explorações agropecuárias							
	1956*		1981		1991		2008	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
< 10 ha	547	69,2%	4.567	33,3%	9.871	45,3%	11.181	56,0%
> 10 ha < 50 ha	216	27,3%	7.706	56,2%	9.813	45,1%	6.207	31,1%
> 50 ha < 100 ha	8	1,0%	760	5,5%	1100	5,1%	954	4,8%
> 100 ha < 1.000 ha	11	1,4%	628	4,6%	881	4,0%	1454	7,3%
> 1.000 ha	8	1,0%	43	0,3%	107	0,5%	171	0,9%
Total	790	100,0%	13.704	100,0%	21.772	100,0%	19.967	100,0%
Superfície das explorações agropecuárias								
< 10 ha	1.980	0,6%	19.089	3,0%	43.184	5,2%	42.750	3,7%
> 10 ha < 50 ha	3.990	1,3%	156.087	24,3%	177.934	21,4%	112.213	9,7%
> 50 ha < 100 ha	489	0,2%	49.649	7,7%	72.276	8,7%	64.754	5,6%
> 100 ha < 1.000 ha	3.029	1,0%	130.554	20,3%	212.876	25,7%	420.078	36,2%
> 1.000 ha	301.296	96,9%	287.440	44,7%	323.404	39,0%	521.609	44,9%
Total	310.783	100,0%	642.819	100,0%	829.674	100,0%	1.161.404	100,0%

* Entre 1945 e 1973 o departamento de Alto Paraná cobria, além de território vigente, aproximadamente metade do atual departamento de Canindeyú.

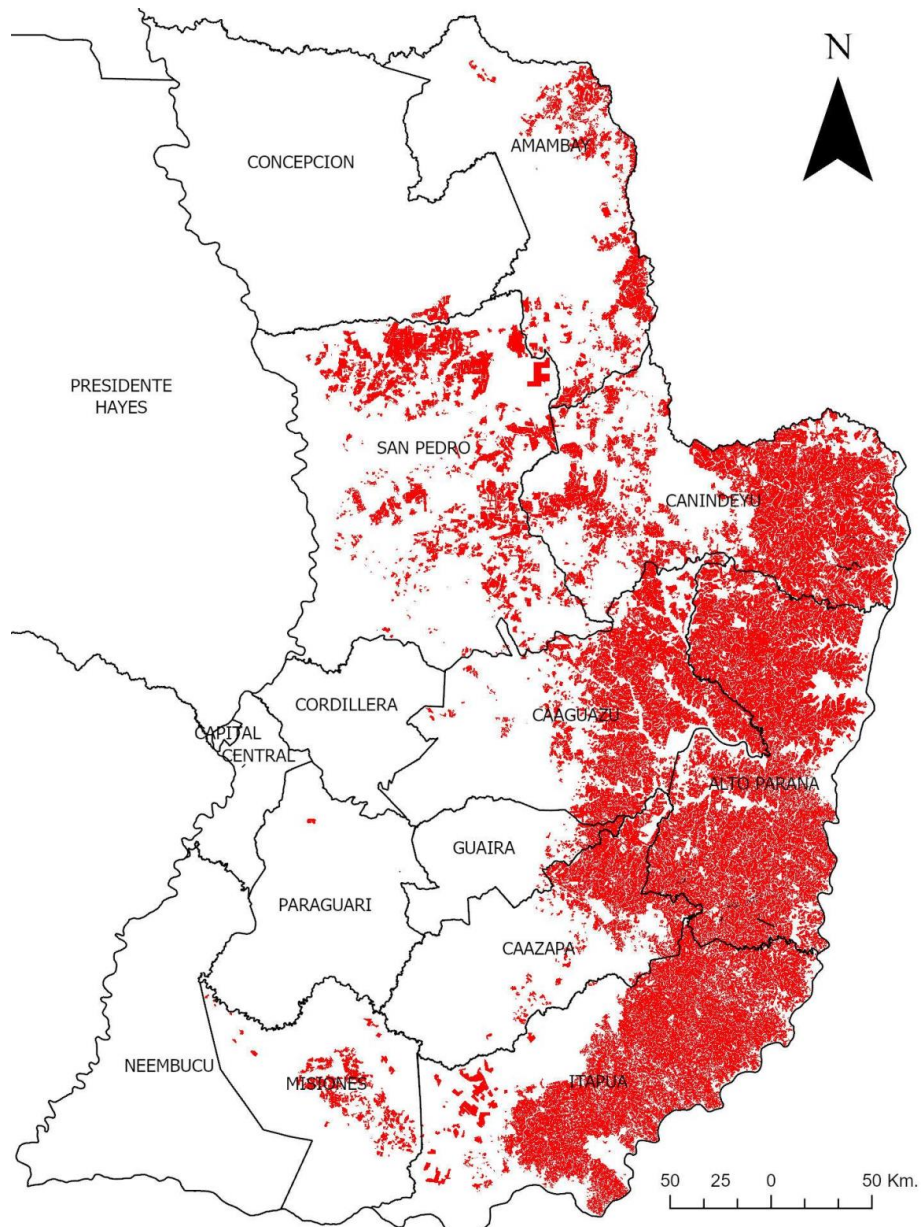
Fonte: MAG (1960, 1983, 1993 e 2009).

Embora os produtores paraguaios predominavam nas explorações com até 20 hectares, geralmente atrelados às colônias criadas pelo IBR, e naquelas com mais de 1.000 hectares, os brasileiros eram majoritários nos demais estratos (MAG, 1960 e 1993). Outra característica é a manutenção da concentração da terra em Alto Paraná. Ainda que não nos níveis de 1956, a Tabela 1 permite perceber que as unidades com mais de 1.000 hectares em 1991, ainda que respondiam por apenas 0,5% do número total, controlavam praticamente 40% da superfície, enquanto 45% dos produtores ficavam com 5% da área (MAG, 1993).

A década de 1990 no Paraguai é marcada pela transição democrática com a queda de Alfredo Stroessner do poder em 1989, em um contexto econômico regional neoliberal e com maior presença do capital financeiro (Izá Pereira, 2019). A partir desse momento a soja se expande com grande intensidade no país, com destaque em Alto Paraná, onde salta de menos de 350 mil hectares em 1995/96 para 950 mil em 2019/20 (MAG, 2021). O grão, efetivamente, predomina na paisagem durante o verão, controlando grande parte da área cultivada no departamento. O Instituto de Tecnologia Agrícola (Inbio, 2022) lança anualmente uma estimativa da superfície cultivada com soja na região oriental do Paraguai com base em imagens

de satélite e é impressionante, sobretudo em Alto Paraná, cujas áreas em branco são reduzidas e correspondem, principalmente, às barragens de Itaipu (na fronteira com o Brasil) e de Iguazú (na divisa com Caaguazú), além de áreas de preservação do Rio Monday (Figura 1).

Figura 1 - Áreas com cultivo de soja (em vermelho) no oriente paraguaio na safra 2021/22.

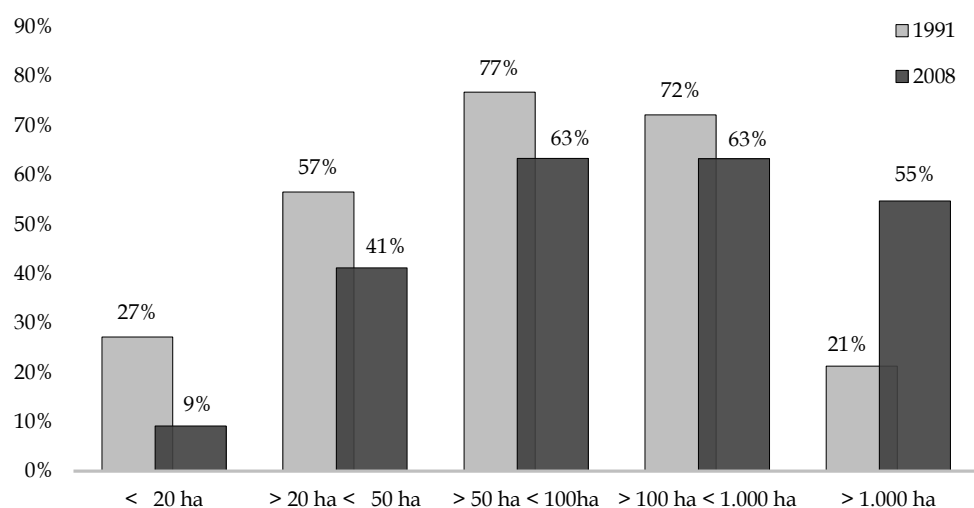


Fonte: Inbio (2022).

A expansão da soja aumentou a concentração fundiária em Alto Paraná. De 1991 a 2008, os agricultores com mais de mil hectares cresceram tanto em número (de 107 para 171) como em área (323.404 para 521.609 hectares). Com isso, sua participação sobre a superfície agropecuária passou de 39,0% para 44,9% do total, mesmo sendo menos de 1% dos produtores. Embora os agricultores com até 10 hectares também tenham ampliado no período (de 9.871 para 11.181), perderam área (43.184 para 42.750 hectares). Mais da metade das explorações agropecuárias de Alto Paraná controlam menos de 4% da superfície (Tabela 1).

Os dados do último Censo Agropecuário (2008) também indicavam uma redução do número de agricultores brasileiros conduzindo explorações agropecuárias em Alto Paraná (de 7.770 para 3.704), derivada do próprio retorno ao Brasil, do avanço para novas regiões agrícola do país ou do estabelecimento em outros setores econômicos (Aquino, 2018; Wesz Jr., 2020). Entretanto, muitos estabelecimentos passam a ser conduzidos pelos filhos dos imigrantes, a maioria já nascida no Paraguai e que consta no Censo como “paraguaio” (Wesz Jr., 2020). Mesmo assim, em Alto Paraná o percentual de brasileiros em 2008 alcançou 19,2%. Se por um lado há um menor número de produtores brasileiros no Paraguai, por outro eles estão em estratos de área maior. Conforme a Figura 2, a concentração fundiária por parte deste grupo de estrangeiros é muito perceptível no departamento. Em todos os estratos com mais 50 hectares os brasileiros são majoritários em relação aos paraguaios e imigrantes de outras nacionalidades em 2008. Embora tenham perdido parte do seu espaço entre 1991 e 2008 nos grupos de área com menos de mil hectares, chama atenção que justamente naqueles estabelecimentos com mais de mil ha foi onde sua participação salta de 21% para 55% no mesmo período (Figura 2).

Figura 2 – Participação dos produtores rurais brasileiros por estratos de área em Alto Paraná



Fonte: MAG (1993 e 2009).

A partir dessa breve apresentação da história agrária de Alto Paraná, é perceptível a marcada concentração e estrangeirização da terra, sobretudo entre brasileiros, além de uma forte especialização produtiva na soja. Não obstante, os dados ainda apontam para a presença e permanência expressiva dos camponeses paraguaios, mesmo nesse contexto territorial hostil para esse grupo social³. Trataremos em específico desse público no próximo item.

A presença camponesa em Alto Paraná

Como comentado acima, até 1960 o espaço agrário de Alto Paraná era marcado pela presença de grandes latifúndios que se centravam na extração de ervamate. Nesse momento “las condiciones de trabajo eran extremadamente duras para los mensú (recolectores de yerba)” e os “peones empleados en los yerbales de la RFO [Región Fronteriza Oriental del Paraguay], que llegaron a alcanzar un número de 10.000, abandonaban la región tan pronto como podían al término de sus contratos” (Nickson, 2005, p. 231). As estratégias de sobrevivência dos camponeses, nesse momento, “debía transitar por dos carriles, el de su agricultura de subsistencia con un remanente para la exportación, y el trabajo, a veces temporal en los obrajes” (Fogel, 2010, p. 32).

Em Alto Paraná, em 1956, das 790 explorações agropecuárias existentes, 763 tinha menos de 50 hectares. Praticamente metade das explorações (398 unidades) não chegavam a 5 hectares, sendo que neste grupo 90% estava em regime de ocupação de terras de particulares (58,8%) e públicas (41,2%). As explorações de até 50 hectares controlavam menos de 6 mil hectares (1,9% da área total), cujo uso voltava-se principalmente para cultivos temporários (51,3% da área), seguido por mata (31,3%), cultivos permanentes (14,9%), pradarias (0,7%) e outros usos (1,8%). Nesse sentido, predominava a atividade agrícola frente à pecuária, ainda que tivessem aves, suínos e bovinos, inclusive para produção de leite. Em termos de cultivo, o Censo Agropecuário de 1956 não diferencia por tamanho da exploração, mas aqueles com maior adesão no total eram a mandioca, presente em 715 unidades, com uma média de 0,9 hectares por agricultor, e o milho, que era cultivado por 705 explorações, com uma superfície média de 3,5 hectares. Além disso, entre 100 e 350 explorações cultivavam batata, feijão, arroz, cana e amendoim, com área média de 0,3 a 0,7 ha (MAG, 1960). Frente a essas características, pode-se dizer que predominava uma agricultura camponesa que detinha uma produção diversificada em uma pequena área de terra sob regime de ocupação.

Essa situação se transforma de maneira substantiva quando Alfredo Stroessner assume o poder e estabelece o programa de colonização via IBR, como visto acima. Em Alto Paraná, segundo dados de Rojas Villagra e Areco (2017), foram criadas durante o governo Stroessner 31 colônias no departamento, beneficiando

³ Outro grupo social expressivo no contexto agrário de Alto Paraná são os indígenas, que não são o foco desta pesquisa, mas que também foram continuamente afetadas pela “concentración y extranjerización de la tierra durante la historia reciente del Paraguay” (Wimer e Hellmund, 2020, p. 168).

mais de 8.400 famílias em mais de 200 mil hectares, com uma área média de 23,7 hectares por lote. Os grupos beneficiários eram constituídos “por famílias camponesas paraguayas que en su lugar anterior de residencia eran, o minifundistas semiasalariadas de la zona Central de la Región Oriental, o familias vinculadas a la explotación de obrajes y yerbales en la zona” (Palau e Heikel, 2016, p. 32).

O programa de colonização pública tinha como objetivos: modificar a estrutura de distribuição de terras em benefício dos pequenos agricultores paraguaios; incorporar progressivamente colônias recém-criadas no processo de desenvolvimento nacional; ampliar a “fronteira econômica” do país. Porém, os dois primeiros objetivos não foram alcançados por conta de diferentes problemas, como o baixo suporte econômico recebido pelos assentados, subornos envolvendo os responsáveis por fazer a demarcação, o desenho dos lotes ignorava a existência de estradas e cursos de água, faltava assistência técnica e crédito para a produção, a titulação das áreas demorava para ser emitida, muitas colônias eram afastada do acesso a serviços básicos (saúde, educação, etc.), sua produção ficava dependente da comercialização via atravessadores, etc. (Vázquez, 2006; Silva, 2015; Palau e Heikel, 2016; Rojas Villagra, 2016).

Como argumenta Vázquez (2006, p. 53), os camponeses paraguaios, acostumados à produção agrícola de subsistência, encontraram um cenário natural diferente de suas áreas de origem:

“Ni la fertilidad del suelo ni el apoyo estatal, escaso e ineficiente, pudieron implantar en forma duradera a los mismos, mientras paralelamente se desarrollaba un mercado muy dinámico de especulación y venta de tierras que conspiraba contra la instalación de las colonias de campesinos paraguayos provenientes del área central minifundista y empobrecido.”

E, como afirma Silva (2015, p. 47), as

“[...] deficiências das ações do IBR possibilitaram o massivo ingresso dos colonos brasileiros na região da fronteira oriental, cuja disponibilidade de recursos e familiarização com as culturas de mercado se mostraram mais atrativas aos interesses do governo e dos agentes imobiliários que passaram a atuar naquelas regiões. Tal situação levaria num curto intervalo de tempo a reprodução em nova escala dos mesmos mecanismos especulativos e excludentes que caracterizavam a exploração dos recursos naturais do país, ampliando as mazelas e vicissitudes do problema fundiário historicamente irresoluto.”

Apesar da permanência da concentração da terra em Alto Paraná, a colonização pública, além da colonização privada e espontânea, teve um efeito importante ao ampliar significativamente o número de explorações agropecuárias com até 50 hectares, que saltaram de 763 para 12.273 entre 1956 e 1981, assim como a área passou de quase 6 mil para mais de 175 mil hectares (Tabela 1). Dessas, um terço já tinha o título definitivo em 1981, enquanto 22,8% estava com título provisório, 14,6% com arrendo de particular e ainda haviam áreas ocupadas de particulares (11,0%) e do Estado (18,6%), além de outras formas de posse da terra. Vale pontuar que, embora predominavam agricultores paraguaios (62,2% daqueles com até com até 50 hectares), os brasileiros também eram significativos (36,9%), enquanto os demais estrangeiros tinham uma atuação mais pontual (0,9%) (MAG, 1983).

Em 1991, no III Censo Agropecuário, cresce ainda mais o número de explorações agropecuárias com até 50 hectares (19.684, chegando a 90,4% do total), se consolida nesse grupo as terras próprias (com 55,7% das unidades, ainda que muitas seguiam sob ocupação, principalmente de particulares) e a presença brasileira persiste (um terço das unidades deste estrato). Em relação aos cultivos, é a primeira vez que são divulgados por grupos de área total por departamento. Em Alto Paraná, no estrato de até 50 hectares, predominava a mandioca (em 94,5% das explorações), seguido pelo milho (81,9%) e algodão (59,5%), mas também estavam presentes, ainda que com menor incidência, batata, feijão, arroz, cana, amendoim, erva-mate, soja, menta e um conjunto amplo de frutas, legumes e verduras. Além disso, 90% tinha aves e dois terços bovinos e suínos (MAG, 1993).

Até o final da década de 1980 o algodão era o principal cultivo da economia camponesa paraguaia, "plantado solo por productores que pertenecen a segmentos en los cuales predominan campesinos de origen paraguayo" (Palau e Heikel, 2016, p. 240).

"En los años setenta, el gobierno, bajo la influencia de organismos internacionales, impulsó una mayor vinculación mercantil de la economía campesina a través del cultivo del algodón, que tenía un buen precio en el mercado internacional. Con el apoyo financiero del Banco Mundial, se implementó el Proyecto de Desarrollo Rural Integrado (PDRI), que otorgaba créditos a las unidades campesinas para incrementar la producción de dicho rubro de renta. Esta mayor vinculación con el mercado por medio del algodón, llevó a la mayoría de las familias a reducir progresivamente su producción de cultivos de autoconsumo, y por tanto, a aumentar su dependencia de los mercados para su reproducción, mediante alimentos e insumos comprados." (Rojas Villagra, 2016, p. 81)

Entretanto, o algodão entrou em crise com a redução dos preços internacionais, ataque de pragas e estiagem (Rojas Villagra, 2016; Renshaw, 2017). Essa situação deixou aos

“pequeños productores endeudados y con escasa diversificación agrícola, situación que derivó en que miles de familias campesinas no tuvieran cómo pagar sus deudas y ni siquiera cómo alimentarse, por lo cual muchas perdieron sus tierras y empobrecidas migraron hacia zonas urbanas, o deambularon en búsqueda de alguna posibilidad de ocupación de tierras rurales.” (Rojas Villagra, 2016, p. 82)

Conforme Riquelme (2016, p. 31), “la agricultura campesina comenzó a profundizar su crisis en los primeros años de la década de 1990 y coincide con la caída sostenida de la producción algodonera”. Esse contexto foi, inclusive, central para a criação da Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná, como veremos no próximo item.

Após o Governo Stroessner foram construídas outras 52 colônias em Alto Paraná, assentando 6.697 famílias camponesas, em praticamente 55 mil hectares, com média de 8,1 hectares por família (Rojas Villagra e Areco, 2017). Entretanto, a crescente expansão da soja na região foi afetando de maneira crescente este grupo social. Como bem destaca Vázquez (2006, p. 54),

“La característica principal del sistema de la soja es su constante necesidad de expansión, volviéndose una actividad muy consumidora de espacio que se alimenta no solamente de los precios internacionales o del dispositivo tecnológico de producción, sino también de la disponibilidad de tierras que, aunque con dueños y ocupantes campesinos, son acaparadas por los productores de soja. Ocurre de esta forma una modificación en la estructura de la tenencia de la tierra, correspondiendo a la expansión del cultivo de la soja y el trigo y al repliegue de la agricultura campesina, obligada esta última a migrar o reconvertirse.”

Os dados do Censo Agropecuário de 2008 permitem ver os efeitos desse processo. Mesmo com a criação das colônias camponesas, as explorações com até 50 hectares caíram 11,7% entre 1991 e 2008. Além disso, você terá um quarto dos agricultores de Alto Paraná com até 50 hectares envolvidas com o cultivo de soja (MAG, 2009), seja produzindo em “parceria” com empresas ou, de maneira majoritária, arrendando suas áreas para produtores maiores, sobretudo brasileiros (Villalba e Wesz Jr., 2016; Avalos Vera, Mereles e Wesz Jr., 2017; Wesz Jr., 2022).

Aqueles que resistem ao cultivo da soja ou ao arrendo das suas áreas, acabando sendo imprensado pelo agronegócio da soja e pelos produtores estrangeiros. Nesse contexto, buscam estratégias mais autônomas para se manter como agricultores, investindo na diversificação da produção agrícola, muitas vezes conciliando com rendas externas à exploração agropecuária (Riquelme, 2016; Rojas Villagra, 2016). Aqueles cuja renda depende fundamentalmente da produção agropecuária própria, acabam enfrentando vários desafios, sendo que o acesso ao mercado é corriqueiramente apontado como um problema para as famílias camponesas paraguaias. Conforme Riquelme (2016, p. 39),

“la inseguridad en la inserción a los mercados es otro limitante que desmotiva a los productores de pequeñas fincas. [...] Los productores tienen capacidad para producir a pesar del nulo acompañamiento técnico, pero no lo hacen por la incertidumbre del mercado. Muchos cultivan, pero no pueden vender y si venden el precio no compensa.”

Frente a isso, esse grupo social tem buscado caminhos alternativos, como tem sido a experiência da Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná.

A Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná

A Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná teve seu início em fevereiro de 1997 em Ciudad del Este. Conforme comentado por um dirigente, no início havia pouca produção e participavam 8 distritos, 25 comitês e por volta de 230 agricultores associados. Entre as motivações da sua criação, estava a crise econômica no setor campestre, sobretudo em virtude de problemas com o cultivo e comércio do algodão, deixando os agricultores sem uma fonte de renda. Foi então que, a partir de diferentes mobilizações sociais, se iniciou o debate sobre a construção de um espaço de venda direta da produção de hortigranjeiros aos consumidores. “Nosotros trabajamos en la finca, trabajamos en feria y nosotros comercializamos nuestros productos de forma directa, sin intermediarios. Somos productores y nos consideramos también comerciantes”.

Nesse sentido, trata-se de um mercado que integra o que a literatura tem denominado de “cadeias curtas” ou “circuitos curtos de comercialização”, cuja característica principal é a redução ou eliminação dos intermediários nas relações entre produtores e consumidores, diminuindo os locais de passagem dos produtos ao longo de uma cadeia produtiva. “Trata-se de uma alternativa à lógica e às modalidades organizativas do sistema agroalimentar dominante, buscando o encurtamento das distâncias (físicas, sociais, culturais, econômicas) entre o ‘mundo’ da produção e do consumo” (Gazolla e Schneider, 2017, p. 13).

Conforme relatos dos agricultores feirantes, com o passar do tempo tiveram que diversificar a produção para atender à demanda dos consumidores urbanos. Atualmente há mais de 80 produtos sendo comercializados semanalmente, que inclui verduras, legumes, frutas, mandioca, abóbora, moranga, batata, feijão, amendoim, milho, carnes (bovina, suína, de aves, cabra, ovelha, peixe), ovos, leite, chás, produtos processados (farinhas, queijos, doces), entre outros. Além do espaço de venda dos produtos agropecuários, desde 2015 há a Praça de Comidas Típicas (*Patio de Comidas Típicas*), que dispõe de uma grande variedade de alimentos tradicionais do Paraguai, e que utiliza como ingredientes a produção dos agricultores feirantes.

Segundo um dos dirigentes entrevistados, há produtores rurais de 18 dos 22 distritos do Departamento de Alto Paraná. E participam semanalmente de 380 a 420 agricultores, sendo que “varía dependiendo de la producción, del tiempo. Normalmente, a partir de abril hasta setiembre hay muchas producciones, y después, con la temperatura alta y cuando hay sequía, decae la producción y reduce el número de feriantes”. A feira está localizada atrás do terminal de ônibus de Ciudad del Este, o que favorece a circulação de consumidores. A estimativa da direção da Central é de que passam pela feira por volta de 12 mil consumidores por semana. Ela inicia semanalmente na quarta-feira às 7 horas da manhã e vai até sexta-feira ao meio dia. A Central contou, em diferentes momentos, com o apoio da prefeitura municipal, departamento, Ministério da Agricultura e Pecuária (*Ministerio de Agricultura e Ganaderia - MAG*) e Itaipu.

Em termos organizativos, os agricultores integram comitês (geralmente um por comunidade) e estes comitês formam uma associação distrital. A Central tem sua gestão composta pelos representantes das 18 associações distritais, além de um Conselho Diretivo com 8 membros, Tribunal de Conduta, Tribunal de Contas e Comitê de Mulheres (a cargo da Praça de Comidas Típicas) (Red Rural, 2016). “Diferentes organizaciones formamos la feria, de 18 distritos del Departamento, e cada uno viene con sus respectivos dirigentes, ahí nos encontramos unos cuantos líderes, unos cuantos caciques, como lo llamamos, y hay varios conflictos, pero la necesidad nos obliga a que podemos nos organizar”, comenta um dirigente. Na Central os preços são padronizados, evitando uma concorrência entre agricultores ou uma inflação aos consumidores, podendo haver uma redução se a qualidade do produto for inferior ou quando as atividades na feira estão sendo finalizadas.

Conforme relatado por alguns feirantes e levantado pelo estudo da Red Rural (2016), vários problemas afetam os agricultores e várias melhorias são necessárias, pois faltam políticas públicas (sobretudo de crédito rural, assistência técnica e seguro agrícola) focalizadas para a agricultura familiar camponesa. Apesar de Central receber apoio técnico do MAG, é consensual entre os feirantes que é insuficiente. Outra necessidade é a melhoria dos espaços da Central e a construção de um alojamento aos feirantes, pois muitos deles dormem entre quarta e sexta-feira no próprio espaço de comercialização. Os feirantes também reclamam do alto ingresso de alimentos contrabandeados do Brasil e da Argentina, que acabam con-

correndo diretamente com os produtos da feira.

Outra problemática que também afeta os feirantes está conectada com o contexto agrário de Alto Paraná. São recorrentes as reclamações sobre a predominância de monocultivos no departamento, que afeta diretamente a produção dos feirantes, sobretudo por conta da aplicação de agrotóxicos nas áreas circundantes aos lotes das famílias, sem o respeito às normativas ambientais. Além dos efeitos sobre a saúde humana e a natureza, os agricultores reclamam que alguns cultivos agrícolas não podem mais ser produzidos em função da aplicação de determinados agrotóxicos nas lavouras de soja e milho. Em paralelo, o uso de inseticidas nas áreas de monocultivo acaba repelindo os insetos, que se transferem para as produções circundantes, as quais ficam expostas a estas pragas. Situações dessa natureza geram tensões e denúncias, como ocorreu na comunidade El Triunfo. Neste caso, depois de negociações, ocorreu a construção de barreiras ambientais (plantação de árvores ou arbustos que não permitem a entrada direta de agrotóxicos nas terras lindeiras), que amenizou o problema (Tellez Bejarano, 2017).

Com a pandemia a Central não chegou a paralisar suas atividades, mas se intensificou o acompanhamento das autoridades em relação aos temas sanitários. O fechamento da fronteira com Brasil e Argentina foi positivo aos agricultores feirantes porque reduziu o contrabando de alimentos oriundos desses países. Segundo um dos dirigentes entrevistados, “en Paraguay, 75 a 80% de los alimentos que está en mercado de abasto, supermercado, son de origen extranjero. Entonces, durante la pandemia no había más la posibilidad del ingreso de productos de origen extranjero y la gente del mercado de abasto y supermercado recurre a nuestra feria para hacer su compra para reventa”. Além da pressão dos agricultores, a feira não foi paralisada porque sem o ingresso de produtos alimentares do exterior, ocorreu “una necesidad enorme de la provisión de los productos, de los alimentos, para la gente que vive en la ciudad”.

Por fim, é importante comentar que este mercado cumpre um papel central para a reprodução social dos pequenos agricultores paraguaios em Alto Paraná. Conforme nos informou um dos dirigentes da Central, a maior parte das famílias camponesas que participam neste mercado tem na feira a sua principal fonte de renda. E, em muitas situações, a feira acaba sendo um meio de resistência da produção camponesa familiar, reduzindo a possibilidade de arrendamento de suas áreas para o cultivo de soja/milho, como relatou uma agricultora durante visita à Comunidade 11 de Julio, em Minga Porá: “En nuestra comunidad las fincas tienen 10 hectáreas, y la mayoría ya alquila para soja. Dejan una o dos hectáreas cerca de su casa para su producción, su abastecimiento, y alquilan el resto. [...] Nosotros [feirantes] no alquilamos, resistimos a esto porque conseguimos vender lo que producimos en las ferias de Minga Porá y Ciudad del Este, principalmente esta, porque hay mucha gente que compra ahí. Como nuestro distrito es pequeño, no hay tanta venta acá.”

Nesse sentido, a Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná contribui com a renda das famílias agricultoras, freando inclusive o aumento

da soja dentro das comunidades camponesas. Além disso, a feira tem se mantido como um importante espaço de comercialização de um conjunto muito variado de produtos agroalimentares oriundos da produção camponesa local, cuja relação comercial ocorre de maneira direta entre agricultores e consumidores. Trata-se de uma experiência ímpar, sobretudo por se tratar de um departamento marcado pela concentração e estrangeirização da terra.

Considerações finais

O departamento de Alto Paraná, apesar da histórica presença das grandes explorações agropecuárias e dos produtores estrangeiros, tem na agricultura camponesa de origem paraguaia um grupo social numericamente expressivo. Para estes últimos, sempre foi difícil e tenso viver e conviver nesse contexto, não obstante o pouco aparato estatal para proteger e fomentar os agricultores de base familiar. E, nas últimas três décadas, com os problemas decorrentes do cultivo do algodão e, por outro lado, com a ofensiva da soja e dos produtores brasileiros, a situação se complexifica ainda mais. Além de condicioná-los a busca por outras atividades agropecuárias geradoras de renda, este contexto também os desafiou a buscarem novos mercados, diferentemente da maneira com que ocorria com a venda do algodão, na qual a relação comercial se dava de maneira direta com a empresa. O que passa a ser demandado são sistemas de produção e mercados mais autônomos e próximos dos consumidores, dada a problemática experiência que haviam tido com o algodão.

A partir de diferentes mobilizações e debates, ganha forma a Central de Produtores Hortigranjeiros Feirantes de Alto Paraná, que, como visto acima, cresceu e passou a atender um grande número de agricultores e de consumidores, oferecendo uma variada gama de produtos agropecuários oriundos do próprio departamento. Na tríplice fronteira com Brasil (Foz do Iguaçu), Argentina (Puerto Iguazú) e Paraguai (Ciudad del Este), trata-se da maior feira de agricultores, tanto em número de produtores participantes como de compradores. Apesar de ainda apresentar um conjunto de desafios, alguns deles derivados da própria problemática agrária, é uma experiência que tem potencializado a permanência e o desenvolvimento da agricultura camponesa em Alto Paraná, algo vital em um território tão hostil para com esse grupo social.

Referências bibliográficas

- Aquino, S. L. (2016). Narrativas sobre a trajetória migratória: o retorno dos braçaguios. *Revista Ambivalências*, 4 (8), pp. 243-276.
- Avalos Vera, G., Mereles, M. V. G. y Wesz Jr., V. J. (2017). La expansión de la soja en San Pedro (Paraguay): productores rurales, empresas y relaciones comerciales. *Revista NovaPolis*, 12, pp. 105-123.

- Fogel, R. y Riquelme, M. (2005). *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza*. Asunción: CERI.
- Fogel, R. (2010). *Contribuciones campesinas a la construcción del Estado nación*. Disponible em: <https://core.ac.uk/download/pdf/83828378.pdf>
- Fogel, R. (2018). Las fuerzas productivas en el desarrollo agrario en el Paraguay. *Revista NovaPolis*, 14, pp. 11-34.
- Fogel, R. (2019). Desarraigo sin proletarización en el agro paraguayo. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, 63, pp. 37-54.
- Galeano, L. A. (2012). El caso del Paraguay. En FAO (org.). *Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe: concentración y extranjerización* (pp. 407-434). Roma: FAO.
- Guereña, A. y Rojas Villagra, L. (2016). *Yvy Jára - los dueños de la tierra en Paraguay*. Asunción: OXFAM.
- Horta, L. N da. (2021). *Ponte da Amizade e Ponte da Integração: História e Análise Conceitual*. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Relações Internacionais Contemporâneas, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu.
- Inbio - Instituto de Biotecnología Agrícola (2022). *Estimación de superficies*. Disponible em: http://www.inbio.org.py/biblioteca/estimacion_de_superficies
- INE – Instituto Nacional de Estadística (2021). *Alto Paraná - Proyecciones de población por sexo y edad en 2021*. Disponible em: https://www.ine.gov.py/Publicaciones/Proyecciones%20por%20Departamento%202021/10_Alto%20Parana_2021.pdf
- Izá Pereira, L. (2019). *“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- Kleinpenning, J. M. G. (1992). *Rural Paraguay, 1870-1932*. Centrum voor Studie en Documentatie van Latijns Amerika.
- Kretschmer, R. y Hocsman, L. D. (2021). Ocupación de tierras y re-territorialización campesina. Disputas frente a la configuración del sistema agroalimentario en Paraguay (1990-2020). *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, 54, pp. 1-13.
- MAG – Ministerio de Agricultura y Ganadería. (1960). *Censo Agropecuario de 1956*. Asunción: MAG.
- MAG – Ministerio de Agricultura y Ganadería. (1983). *Censo Agropecuario de 1981*. Asunción: MAG.
- MAG – Ministerio de Agricultura y Ganadería. (1993). *Censo Agropecuario de 1991*. Asunción: MAG.
- MAG – Ministerio de Agricultura y Ganadería. (2009). *Censo Agropecuario de 2008*. Asunción: MAG.
- MAG – Ministerio de Agricultura y Ganadería. (2021). *Series Históricas de Cultivos Temporales*. Disponible em: <http://www.mag.gov.py>

- Nickson, R. A. (2005). Colonización brasilera en la Región Oriental del Paraguay. En R. Fogel, R. y M. Riquelme (orgs.). *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza* (pp. 228-255). Asunción: CERI.
- Ortega, G. (2019). El avance del agronegocio sigue firme. En M. Palau (org.). *Con la soja al cuello: informe sobre Agronegocios en Paraguay 2019* (pp. 16-23). Asunción: BASE-IS.
- Palau, T. y Heikel, M. V. (2016). *Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola. 2ª edición*. Asunción: BASE-IS.
- Palau, M. (2015). *Con la soja al cuello: informe sobre Agronegocios en Paraguay 2013-2015*. Asunción: BASE-IS.
- Palau, M. (2016). *Con la soja al cuello: informe sobre Agronegocios en Paraguay 2016*. Asunción: BASE-IS.
- Palau, M. (2017). *Con la soja al cuello: informe sobre Agronegocios en Paraguay 2017*. Asunción: BASE-IS.
- Palau, M. (2018). *Con la soja al cuello: informe sobre Agronegocios en Paraguay 2018*. Asunción: BASE-IS.
- Pastore, C. (1972). *La lucha por la tierra en Paraguay*. Montevideo.
- Pereira, C. M. (2019). *O Comércio fronteiriço entre Foz do Iguaçu-BR e Ciudad del Este-PY: uma análise a partir da perspectiva de consumo dos moradores locais*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- Rabossi, F. (2015). Tempo e movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai. *Sociologia & Antropologia*, 5, pp. 405-434.
- Red Rural (2016). A Central de Produtores e Feirantes Hortigranjeiros no Paraguai. *Revista Agriculturas*, 13 (3), pp. 56-64.
- Renshaw, J. (2017). *Proyecto de implementación del sistema de censo y encuestas agropecuarias*. Asunción: DCEA.
- Riquelme, M. (2005). Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay. En R. Fogel, R. y M. Riquelme (orgs.). *Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza* (pp. 118-156). Asunción: CERI.
- Riquelme, Q. (2016). *Agricultura familiar campesina en el Paraguay: notas preliminares para su caracterización y propuestas de desarrollo rural. Documento de Trabajo*. Asunción: CADEP.
- Rojas Villagra, L. y Areco, A. (2017). *Las colonias campesinas en el Paraguay*. Asunción: BASE-IS.
- Rojas Villagra, L. (2016). *Campesino rape. Apuntes teóricos e históricos sobre el campesinado y la tierra en Paraguay*. Asunción: BASE-IS.
- Rojas Villagra, L. (2018). *La rentabilidad social y ambiental de fincas campesinas y fincas empresariales en Paraguay*. Asunción: Henoi.
- Schneider, S. y Gazolla, M. (2017). Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. En S. Schneider y M. Gazolla (orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar* (pp. 9-24). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

- Silva, H. M. D. (2007). *Fronteireiros: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Souchaud, S. (2008). *Geografía de la migración brasileña*. Asunción: UNFPA.
- Tellez Bejarano, T. C. (2017). *La comunidad como agente de resistencia ante el complejo agroindustrial y la dependencia en Paraguay. Experiencias de las comunidades campesinas en el departamento de Alto Parana: comuneros, primavera y el triunfo*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Relações Internacionais e Integração, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz de Iguaçu.
- Torres Figueredo, O. A. (2012). *Dictaduras y latifundios en la cuestión agraria del Paraguay: acceso, distribución y tenencia de tierras*. Madrid: EAE.
- Vázquez, F. (2006). *Territorio y población: nuevas dinámicas regionales en el Paraguay*. Asunción: UNFPA.
- Villalba, N. F. y Wesz Jr., V. J. (2016). El cultivo de la soja en la agricultura familiar campesina de Yhú. *Revista de Investigación en Ciencias Sociales*, 2 (4), pp. 1-23.
- Wesz Jr., V. J. (2020). Caminhos e dinâmicas contemporâneas dos produtores e proprietários rurais de origem brasileira no Paraguai. *Revista Nera*, 53, pp. 90-116.
- Wesz Jr., V. J. (2022). Soybean production in Paraguay: Agribusiness, economic change and agrarian transformations. *Journal of Agrarian Change*, 22 (2), pp. 317-340.
- Wimer, F. R. y Hellmund, P. D. F. (2020). Las comunidades campesinas e indígenas del Paraguay frente a la concentración y extranjerización de la tierra. *Espacio abierto*, 29 (1), pp. 168-192.

Transformações agrárias, agricultura camponesa e mercados agroalimentares em Alto Paraná (Paraguai). Fecha de recepción: 20/07/2021 Fecha de aceptación: 01/10/2021
